

A SOCIOLINGUÍSTICA NA ESCOLA: OBSERVAÇÃO NA SALA DE AULA

Daiany Samara de Oliveira
sdaianyoliveira@hotmail.com

Letícia Rinaldi Souza
rinaldileticia@outlook.com

Graduandas do curso de Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo: Este trabalho tem como tema o desenvolvimento de uma observação em turmas de 6º, 7º e 8º anos do ensino fundamental de uma escola pública estadual de Juiz de Fora (MG) e dos 7º e 9º anos de uma escola pública estadual em Três Rios (RJ), levando-se em conta a Sociolinguística Educacional. Os pressupostos que embasam nossa análise estão em BORTONI-RICARDO (2004), livro que defende a abordagem das variedades linguísticas do português brasileiro, a partir dos contínuos de urbanização, de monitoração estilística e de oralidade-letramento. O livro dialoga diretamente com os professores, mostrando como lidar com as múltiplas formas da linguagem encontradas na sala de aula. Contudo, isso não significa que a Sociolinguística seja um tema abordado em sala de aula, conforme a observação demonstrou.

Palavras-chave: Sociolinguística Educacional. Variação linguística. Preconceito linguístico.

1 Introdução

A língua surgiu com a finalidade da comunicação entre os seres humanos. Desde sua constituição como *homo sapiens*, sentem eles a necessidade de comunicar-se com seus iguais. Desse modo, ao longo da constituição das diversas culturas, novas línguas foram sendo criadas. No século XX, percebeu-se que, até então, estudava-se a língua sem levar em consideração a sociedade na qual ela se insere. Porém, sendo a língua uma instituição, mesmo que abstrata, de caráter social, sujeita a mudanças e ajustes, não se pode deixar de lado o corpo social que a usa. Assim nasceram os estudos sociolinguísticos, impulsionados, principalmente, por William Labov.

O que ficou dito acima justifica a razão por que torna-se fundamental que o processo de educação linguística na escola leve em conta essas mudanças, acompanhando a demanda dos alunos e dos professores. É essencial que se aplique na escola uma metodologia para o ensino de língua que dialogue com a realidade dos estudantes. É fato que a língua portuguesa tem enorme importância no que tange ao desenvolvimento humano do indivíduo, não só em caráter profissional, mas também ético, moral e social. É de extrema importância,

portanto, que a variação linguística, de existência atualmente verificada e comprovada na fala/escrita de sujeitos, seja abordada de forma satisfatória e contemplada no ensino de língua.

Para tal, é necessário que os professores sejam mais conhecedores dos estudos sociolinguísticos pois, infelizmente, o cenário brasileiro da sala de aula hoje em dia é bastante adverso: muitos professores despreparados para atender às necessidades do aluno em relação não só ao conteúdo, mas também à abordagem da variedade usada pelos estudantes (BAGNO, 2007).

São muito comuns reclamações por parte dos alunos em sala de aula de que não conseguem aprender a língua portuguesa de jeito nenhum, pois é difícil e cheia de regras. Ora, a língua está a serviço de seu falante, logo, como poderiam falantes da língua portuguesa não saberem utilizá-la? Se a variação linguística fosse um tema abordado em sala de aula, essas reclamações poderiam ser reduzidas ou, até mesmo, eliminadas. É necessário que se faça o aluno entender que a língua é mutável, e não apenas um conjunto de regras estabelecido pelos chamados “escritores consagrados”. Quem constrói a língua são seus falantes, e isso inclui aqueles que fazem uso de variações não previstas pela norma-padrão.

Nesse âmbito, o presente trabalho tem como objetivo analisar se e como a Sociolinguística tem sido trabalhada no contexto escolar. Trata-se de observação realizada em turmas de duas escolas: uma localizada na periferia da cidade de Juiz de Fora (MG), com o acompanhamento das turmas de 6º, 7º e 8º anos, e outra localizada no centro da cidade de Três Rios (RJ), com o acompanhamento das turmas de 7º e 9º anos. Ambas as escolas são públicas estaduais.

Este artigo é fruto das disciplinas de Saberes Escolares e Prática Escolar em Língua Portuguesa, da grade curricular do curso de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

2 Pressupostos teóricos

Começemos esta parte com algumas definições: O que é a Sociolinguística? O que é variação linguística?

A Sociolinguística, uma subdivisão da Linguística, teve início na década de 60, quando os linguistas associaram o estudo da língua ao estudo da sociedade. Desde o início de seus estudos, com a publicação, em 1916, do Curso de Linguística Geral, de Ferdinand Saussure, a Linguística foi definida como a ciência que tem

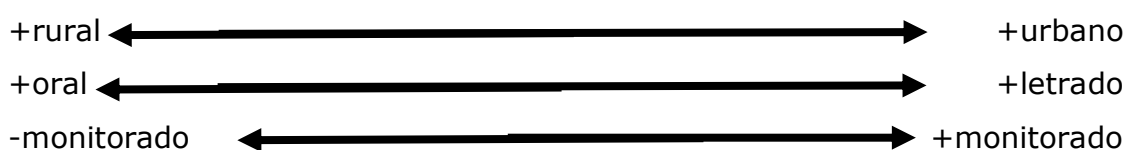
como tema de estudo a linguagem, tanto oral quanto escrita. Portanto, o objetivo dos linguistas é analisar descritivamente a linguagem tal qual ela se encontra na sociedade, ou seja, deixar de lado os estudos diacrônicos da língua, até então feitos, e focar no lado sincrônico da mesma. Esse estudo sincrônico engloba, entre tantas outras coisas, as variações da língua. Porém, apenas em meados da década de 60 do século XX, com o linguista William Labov, convergiram-se os estudos linguísticos e a sociedade, nascendo, então, a Sociolinguística.

A Sociolinguística, então, tem como objetivo estudar a heterogeneidade das línguas, através da associação entre aspectos linguísticos e sociais. É através dessa associação que se chegou ao conceito de variação linguística. Dessa forma, sendo a língua uma instituição, mesmo que abstrata, de caráter social, sujeita a mudanças, ajustes e evolução (BAGNO, 2007), não existe uma única forma de se falar ou escrever algo, isto é, a variação linguística é um fenômeno natural que sempre esteve presente em todas as línguas, mas, como acima lembramos, ganhou atenção muito recentemente.

Existem diversos tipos de variação linguística, como, por exemplo, a variação regional e a variação fonética, mas a majoritariamente referida neste trabalho é a chamada estilístico-pragmática (BAGNO, 2007), que diz respeito ao modo como se fala com alguém, ou seja, à diferença entre, por exemplo, “sentem-se, por favor” e “vamo todo mundo sentando aí, galera”. Esse tipo de variação, por ser o mais encontrado nas escolas brasileiras, é o que é visto de forma mais preconceituosa. Um dos argumentos utilizados contra essa variedade é que ela é “desregrada”. Porém, isso pode ser refutado: nos exemplos de uso dessa variedade, encontra-se frases como a) “os cachorro dorme”; b) “as pessoa fala”; c) “as menina bonita tem vestido novo”; d) “os carro amarelo é dos comerciante”. Nesses exemplos, pode-se ver que existe uma regra, embora seja diferente da que é defendida pela gramática normativa. Com base neles, percebe-se que a marca de plural não é redundante, como é previsto pela norma padrão para o português, mas encontra-se apenas no primeiro elemento da sentença. Não se veem construções do tipo “a meninas belas” ou “a menina belas”. Dessa forma, a variação estilístico-pragmática, assim como qualquer outro tipo de variação, é regrada, porém, de maneira diferente da que propõe a gramática normativa.

A Sociolinguística defende que um bom falante da língua é aquele que sabe adequar sua fala aos diferentes contextos, não aquele que fala apenas a norma padrão. Nesse âmbito, entra a definição dos chamados papéis sociais. Uma vez

que estamos inseridos em uma sociedade, temos um papel a exercer dentro dela: o de mãe, pai, tio, irmão, assim como o de professor, padre, médico, advogado, comerciante, ou o de amigo, namorado, marido, colega, etc. Cada papel social é exercido em um determinado contexto e muitos indivíduos exercem mais de um. Por exemplo, uma mulher que, em casa, com a família, exerce o papel social de mãe, quando em seu escritório, seu local de trabalho, não pode exercer o mesmo papel social, tendo que dar preferência ao de advogada. A linguagem adequada para esses dois ambientes é completamente diferente, assim como o monitoramento requerido para a fala e a escrita. Nesse âmbito, o bom falante da língua portuguesa é aquele que sabe satisfatoriamente transitar entre os eixos de monitoração.



Esse eixo, apresentado por Bortoni-Ricardo (2004), representa a transição do indivíduo de contextos de fala e escrita mais urbanos, mais orais e menos monitorados a contextos mais urbanos, mais letrados e mais monitorados, sendo esses últimos os que exigem a norma padrão da língua, sendo facultado ao falante não fazer uso dela nos contextos situados no extremo esquerdo do eixo. Assim, um indivíduo, transitando de uma área mais rural, por exemplo, para uma mais urbana, precisa aprender que, em determinados contextos, a utilização da norma padrão, de um linguajar mais monitorado, como os mais urbanos, é necessária. Os alunos das escolas públicas, muitas vezes, são provindos de ambientes que fazem parte do lado esquerdo do eixo de monitoramento e que, ao se depararem com a realidade linguística do lado direito e sem serem orientados sobre a questão da adequação, acabam se tornando inseguros linguisticamente.

Não são raras as reclamações de alunos dizendo que não sabem falar português “corretamente”, se sentindo incapazes e, muitas vezes, até ofendidos por professores que desvalorizam sua maneira de falar. É a partir de atitudes como a de alguns indivíduos brasileiros, alguns deles professores, e até mesmo dos

próprios alunos, que o preconceito se expande e se cria um problema, que só pode ser resolvido com a reflexão sociolinguística na sala de aula.

Toda a polêmica gerada em torno da variação linguística teve início quando essa questão começou a ser tratada no ambiente escolar. Com a evolução do Brasil e a popularização da educação, o perfil social dos alunos mudou: anteriormente, apenas filhos de pessoas letradas e com *status* econômico elevado tinham acesso à educação. Essas crianças, por viverem em ambientes nos quais estão em contato com diversas instituições sociais que exigem o monitoramento da fala e da escrita, como, por exemplo, a igreja, a televisão, os jornais e até mesmo por terem pai e mãe letrados, têm facilidade em aprender a norma-padrão ensinada nas escolas. Conforme o acesso à escola foi se tornando mais acessível à grande massa, alunos vindos de ambientes rurais, e com *status* econômico inferior aos das grandes cidades, acostumados a usar sua própria variedade, diferente da que a escola propõe, passaram a ter contato com a norma-padrão e convencidos de que o modo como falavam era errado. Assim, surgiu o preconceito em relação a esses indivíduos. Os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) tratam desse lado preconceituoso que acabou surgindo em relação à variação linguística:

No contexto da proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais se concebe a educação escolar como uma prática que tem a possibilidade de criar condições para que todos os alunos desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para construir instrumentos de compreensão da realidade e de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas, condições estas fundamentais para o exercício da cidadania na construção de uma sociedade democrática e não excludente (Portal MEC: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> em 28/06/2015).

Então, com a chamada democratização do ensino no Brasil, a partir da década de 60, e o aumento quantitativo (sem o aumento qualitativo) do número de escolas, o preconceito e a desvalorização de certas variedades linguísticas fizeram com que este tema não fosse abordado nas escolas ou, se abordado, o fosse de maneira superficial e errônea. Toda distorção que gira em torno das variações deve-se à imposição indiscriminada da gramática normativa, defensora da norma-padrão, que divide as construções da língua entre certas e erradas, e não em adequadas ou inadequadas, conforme prevê a Sociolinguística. Na verdade, a grande diferença entre essas duas maneiras de tratar a questão do uso

da língua, está na forma como a gramática normativa encara a língua: homogênea, ou seja, todos os falantes devem falar da mesma forma, o que não contempla as especificidades de cada situação. Além disso, a gramática normativa defende a norma padrão, que é aquela escrita pelos considerados “autores consagrados”, que, em sua maioria, viveram há anos. Isso significa que muitas mudanças linguísticas aconteceram desde a publicação de suas obras, o que tem determinado diferenças de construção e mesmo de vocabulário.

Por conseguinte, diferentemente dessa concepção, a Sociolinguística defende a visão das línguas como uma prática social, o que acarreta a heterogeneidade linguística.. Afinal, o falante produz uma sentença de acordo com o contexto em que se insere, ou seja, levando em conta a sociedade e o tempo. A língua está à disposição do falante, portanto, é um reflexo de uma sociedade em um determinado espaço de tempo, sujeita a mutação. Então, é mais que natural pensar que, como os falantes mudam com o passar do tempo, a língua por eles falada também se altera, o que comprova e explica a heterogeneidade e a variação linguística.

Então, nas escolas brasileiras, sempre tem sido ensinada a norma padrão – e a Sociolinguística não critica essa atitude de forma alguma. Contudo, seria interessante ensinar ao falante que não existem formas fixas de “certo” e “errado”, depende da situação na qual se insere. Em um ambiente informal, entre familiares e amigos, utilizar-se de uma variedade linguística informal não acarreta qualquer problema, aliás, é até mais adequado. Mas, por outro lado, em um congresso ou ambiente mais formal, essa mesma variedade não seria adequada. O surpreendente é que, mesmo com as escolas majoritariamente ignorando a existência das variações, os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) dão conta desse fenômeno e defendem uma mudança na concepção de ensino. O problema é que, para tal, tem de se passar por dois grandes obstáculos:

1. A resistência das pessoas apegadas às concepções antigas;
2. A falta de formação adequada dos professores.

O primeiro fato deve-se à negação das grandes massas na abordagem da variação linguística em sala de aula, uma vez que a visão preconceituosa defendida pela gramática normativa está muito ligada a concepções de ensino que aquelas pessoas julgam ser as únicas “certas”. Além disso, acredita-se muito também no

equivoco segundo o qual a Sociolinguística tem o objetivo de acabar com a gramática normativa e que, se isso acontecer, a língua ficará “uma bagunça”, “desregrada” e tantas outras afirmações desacertadas.

Já o segundo fato deve-se um pouco também ao já explicado anteriormente: a democratização do ensino no Brasil. Não somente o perfil socioeconômico do aluno, mas também o dos professores foram alterados com o crescente número de escolas brasileiras. Com a demanda de mais professores para ocuparem as vagas das novas escolas, menos qualificação era exigida para o emprego. Além disso, com a facilidade de se ter um diploma de um curso superior atualmente, muitos profissionais se formam sem nem ao mesmo saberem o que é variação linguística ou como lidar com ela em sala de aula.

Portanto, o cenário das escolas brasileiras atualmente é bastante inadequado: professores despreparados para lidar com a variação linguística que enfrentarão em sala de aula, alunos achando que não são capazes de falar “o bom português”, o preconceito sendo reforçado através das concepções de “certo” e “errado” defendidos pela gramática normativa. Para a comprovação dessa situação e com base em tudo o que foi dito e explicado nesta seção, seguimos para a constatação da análise realizada na sala de aula das duas escolas públicas estaduais anteriormente citadas.

3 Descrição dos ambientes escolares observados

A escola pública estadual observada em Juiz de Fora, MG, é muito ampla, com salas bem arejadas. Contudo, sua estrutura não é modificada desde a década de 70, e é bastante mal cuidada. As salas, mal iluminadas, em geral, são sujas, com portas e carteiras quebradas. Existe um matagal bem alto, que não é cortado há muito tempo, dentro do pátio da escola, perto da quadra de educação física, o que acaba por expor as crianças a bichos peçonhentos, como cobras, aranhas etc.

O espaço da biblioteca é bastante amplo. Há um acervo considerável de livros de literatura brasileira, como, por exemplo, as principais obras de Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Eça de Queirós e Clarice Lispector. Constam também almanaques, livros sobre a cidade e sobre diversos assuntos de interesse geral de jovens e adolescentes. No entanto, o observado é que os estudantes não frequentam a biblioteca. Pode-se verificar que os livros mais novos da escola ficam escondidos nas prateleiras, de forma que os lecionandos não os

vejam, ou seja, as obras passam despercebidas caso seja feita uma visita ao acervo escolar. Não há na escola revistas nem livros em quadrinhos, gênero de texto que tem despertado o desejo de leitura nos discentes. Em conversa com a bibliotecária, ela relata que os educandos de hoje não se inclinam para a leitura, não têm interesse pelos clássicos e nem por nenhum outro autor. Ela afirma serem os celulares e as redes sociais os grandes interesses dos alunos.

As turmas de 6º, 7º e 8º anos são todas bem grandes e muito agitadas. A professora cujo trabalho acompanhamos está no ramo da educação há anos e prestes a se aposentar. Demonstra não acreditar em melhorias no cenário da educação brasileira e se sente desanimada perante sua turma de jovens aprendizes.

Já a escola pública estadual observada em Três Rios (RJ) possui área bem grande, com duas quadras (uma coberta e outra descoberta), um pátio, uma biblioteca bem grande (que recentemente também passou a funcionar como biblioteca da cidade), um laboratório de informática, um auditório, um refeitório bem espaçoso e dois andares de salas de aula espaçosas, arejadas e claras. A escola é muito antiga, porém bem cuidada e já foi bastante reformada. As carteiras, portas e janelas, em sua maioria, estão em perfeito estado para o uso dos alunos. De maneira geral, oferece um ambiente que proporciona o bem-estar dos discentes, com estrutura muito boa para poder recebê-los.

A escola dispõe, como já supracitado, de uma biblioteca bem grande, a ser utilizada não só pelos alunos, mas por toda a cidade. Dentro dela, existem alguns computadores para pesquisa (poucos, pois a grande maioria localiza-se no laboratório de informática) e grandes mesas para a realização de trabalhos. Os alunos podem contar com a ajuda de duas bibliotecárias, sendo uma delas também agente de leitura. Os livros recebidos pela escola são diversos, desde literatura brasileira até livros didáticos, passando pelos infanto-juvenis (muito procurados pelos alunos). A biblioteca conta com diversas prateleiras para o armazenamento dos livros, que são divididos de acordo com seu tema a fim de facilitar para o aluno que procura por algo específico. Os discentes podem levar os livros para casa e devolvê-los quando acabarem de ler.

A grande procura por livros é muito incentivada por um projeto da própria escola, desenvolvido pela agente de leitura, principalmente. Chama-se "aluno leitor" e premia os alunos que mais leram durante aquele bimestre. Os prêmios variam de caixas de bombom a *tablets* e câmeras digitais. Outra ação da escola

que faz com que os alunos aproveitem o lugar e sintam-se estimulados a aprender é a grande exposição de cartazes no pátio. Todas as vezes em que a escola foi observada, havia cartazes pelos corredores, amostras de trabalhos dos próprios alunos e textos informativos interessantes para eles, muitas vezes sobre provas de vestibular.

Com base nessas informações, podemos apresentar a descrição das aulas nas duas escolas.

4 Breve análise das aulas

No que diz respeito à escola de Juiz de Fora (MG), a observação teve como foco as turmas de 6º, 7º e 8º anos em aulas da disciplina Português, analisando o uso da metodologia utilizada durante um período de trinta horas, divididas nos meses de março, abril, maio e junho.

Em sala de aula, é apenas utilizada a norma culta, com palavras rebuscadas e pouco conhecidas pelos alunos. Temas como variação linguística e linguagem coloquial não são sequer mencionados. A professora ensina de maneira “ortodoxa”, monitorando sua fala o tempo inteiro. Se os estudantes fizerem uso de qualquer variedade linguística que não a defendida pela norma padrão, esta é imediatamente rejeitada e corrigida de acordo com a gramática normativa, o que acaba por ridicularizar os alunos perante a classe.

A postura adotada pela escola e pela professora não é nada benéfica ao aluno, pelo contrário, ela acaba formando alunos inseguros linguisticamente. O discente, por ser corrigido de forma, muitas vezes, bruta no ambiente escolar, desenvolve certo temor não só pela disciplina e pela professora, mas também pela própria língua. Ele passa a se sentir inferior por não usar a variedade considerada correta pela norma culta, o que não é nada desejável, visto que, no âmbito sociolinguístico, todas as variedades são vistas sob a mesma ótica, não tendo valor essa classificação de “certo” e “errado”. Essa forma de educar acaba gerando um grande preconceito contra as variedades linguísticas diferentes da considerada “cultura” e até mesmo contra a própria identidade do aluno, já que o modo de falar do indivíduo faz parte de quem ele é.

Quanto à escola em Três Rios (RJ), as aulas observadas eram as de Produção Textual das turmas de 7º e 9º anos. Eram bastante maçantes, mesmo com um professor jovial, e presas ao ensino de gêneros textuais. A variedade

linguística dos alunos não era ridicularizada, nem ao menos corrigida: o professor as ignorava. Linguagem formal e informal é um assunto que não foi discutido nem uma vez durante a observação. O docente apenas entra na sala, dá a aula (da melhor maneira possível, devido à agitação e às brincadeiras dos alunos) e ignora a forma como os alunos falam. Como a disciplina era Produção Textual, o professor corrigia quando um desvio da norma padrão ocorria nos textos, mas nada além disso.

A matéria dada nessa disciplina, como já supracitado, contempla apenas o ensinamento superficial sobre gêneros textuais (narração, descrição e dissertação, principalmente), sem tocar nas diversas formas de se escrever, como, por exemplo, a diferença entre a escrita de um bilhete para um parente e um texto argumentativo destinado a um determinado público. No que diz respeito à fala, então, esse assunto é completamente deixado de lado. O que se pode dizer de positivo é que, como o professor não repreende o aluno por fazer uso de sua variedade, não o intimida e ele consegue expressar sua opinião. Porém, isso não significa que não seja inseguro linguisticamente. Muitos alunos, em conversa com o observador, alegaram não se sentirem confortáveis ao escrever um texto, por não se considerarem capazes.

5 Considerações finais

Com o acima exposto e discutido, chegamos à conclusão de que a chamada “norma culta” deve ser ensinada nas escolas sim, mas não de forma a menosprezar as variedades utilizadas pelos alunos. O professor deve mostrar as diferenças existentes entre os contextos escolar e não-escolar, e explicar que, em determinados ambientes, deve-se utilizar determinada variedade. Dessa forma, em ambiente escolar, o aluno deve utilizar, nas atividades formais, uma variedade adequada, nesse caso, a norma culta. Já em contextos mais informais, tanto na escola quanto em casa, o aluno pode utilizar-se de variedades informais sem qualquer problema.

Se essa realidade não for trabalhada na escola, o aluno não aprende em que contexto utilizar a variedade adequada e, portanto, os conceitos da Sociolinguística não são desenvolvidos e ele não se torna capaz de transitar pelo eixo de monitoramento (Bortoni-Ricardo, 2004). Dessa forma, o aluno não recebe a formação adequada no ambiente escolar e não se torna apto a fazer uso de todas

as possibilidades que a língua oferece, o que pode vir a prejudicar, no futuro, seu ingresso no mercado de trabalho.

Outro fator importante é o presente no âmbito social. Bagno (2007) adverte:

As atitudes da professora em sala de aula, no tratamento dado aos fenômenos da variação linguística, podem exercer uma grande influência no comportamento de seus alunos. (...) a variação linguística está intimamente ligada a aspectos de natureza social, cultural, política - humana, enfim. (...) É inadmissível, nos dias de hoje, que o modo de falar de uma pessoa continue sendo usado como justificativa para atitudes preconceituosas e humilhantes BAGNO (2007, p. 270).

Assim, se não educarmos os alunos tendo em vista a aceitação social da variedades linguísticas utilizadas por eles, corremos o risco de os intimidar, desencorajando-os de expressarem sua opinião e participarem da aula, por acharem que são inferiores àqueles que dominam a norma culta, o que não é verdade. Isso acaba por gerar o preconceito que hoje paira sobre esse tema. Deve-se ter em mente que um bom falante da língua portuguesa não é uma pessoa que sabe apenas a norma culta. Um bom falante da língua portuguesa é aquele que sabe utilizar um conjunto de variedades, incluindo a norma culta, satisfatoriamente em diferentes contextos. Dessa forma, devemos educar os alunos para que eles sejam bons falantes de português, não dicionários ou livros de gramática ambulantes.

Referências

BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemos na escola, e agora?**: Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. **Educação em língua materna**: a Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola, 2004.

PORTAL MEC: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> no dia 28 de Junho do ano de 2015.